

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

2021

ANO:

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR GERALDO RODRIGUES DO NASCIMENTO
TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
MODALIDADE:	TELEPRESENCIAL
UNIDADE CORRECIONADA	2ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA
DATA DE INSTALAÇÃO DA VT:	22/03/1979
JUIZ TITULAR:	RONIE CARLOS BENTO DE SOUSA
TITULAR DESDE:	22/04/2014
DATA DE INSTALAÇÃO PJE:	22/02/2013
PERÍODO CORRECIONADO:	01/01/2020 a 31/12/2020

EQUIPE CORRECIONAL			
SERVIDOR	FUNÇÃO		
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional		
Alisson Moura Luduvice	Assistente		
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente		
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente		
Luana Carvalho Arantes	Assistente		
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente		
Rodrigo Ribeiro de Camargo	Assistente		

1 -DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL		2018	2019	2020
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	2.096	1.599	1.791	1.668
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	2.202	2.130	2.377	1.362
3	Produção	105%	133%	133%	82%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	1.980	2.162	2.077	1.219
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	1.324	818	374	753
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	2.578	1.977	1.677	2.031
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	31%	24%	25%	44%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	43%	35%	18%	51%
9	Taxa de congestionamento líquida, na 18ª Região, na fase de conhecimento	31%	24%	23%	42%
10	Taxa de congestionamento líquida, na unidade, na fase de conhecimento	42%	34%	17%	50%
11	Execuções iniciadas	663	573	659	424
12	Execuções encerradas	430	648	705	511
13	Execuções baixadas	445	855	830	582
14	Execuções pendentes de encerramento	1.504	1.210	995	900
15	Execuções pendentes de baixa	2.048	1.777	1.596	1.498
16	Execuções no arquivo provisório	499	501	726	685
17	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	74%	65%	67%	71%
18	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	82%	68%	66%	72%
19	Taxa de congestionamento líquida, na 18ª Região, na fase de execução	65%	52%	45%	49%
20	Taxa de congestionamento líquida, na unidade, na fase de execução	76%	57%	44%	51%
			Г	Γ	
21	Índice de conciliação da 18ª Região	41%	41%	42%	47%

21	Índice de conciliação da 18ª Região	41%	41%	42%	47%
22	Índice de conciliação da unidade	44%	44%	38%	44%

^{*} Dados extraídos do sistema e-Gestão.

^{**} Dados do exercício 2020 referem-se aos meses de janeiro a dezembro.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE

2.1 - Juízes que atuam na unidade

Juiz Titular	RONIE CARLOS BENTO DE SOUSA
Juiz Auxiliar	ALEXANDRE VALLE PIOVESAN

2.2 - Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(íza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região		NÃO
Metropolitana)?	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 - Assiduidade (dias da semana em que os juízes comparecem à Unidade)*

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	
Auxiliar fixo	X	Х	X	X	
* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.					

2.4 - Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4
=: quantitudad incuit de dide per comante em que na dadición.	

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas	SIM	NÃO
pelos Juízes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	×	
Forma de revezamento:	•	

2.4.3 - Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

2.4.4 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	53
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	48

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

FL. 13

2.4.5 - Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	Х	

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	581
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	0
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	14

^{*} Dado apurado em 09/02/2021.

2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correcionado	30	
--	----	--

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 - Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar	-	-

2.6.3 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	1	0
Sentença na fase executória	5	0
Embargos de declaração	2	0

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da Conclusão	Atraso em Dias	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO		0	

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE*

3.1 - Entrega da prestação jurisdicional

Dite	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	59	62
Ordinário	299	95

3.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

PW.	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo	11	5
Ordinário	18	7

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correcionado
3.3 – Frazo medio para proiação de Semenças da rase executoria	2	1

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correcionado
·	2	1

3.5 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correcionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2	3
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	-	-

3.6 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

24.	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional **	No período correcionado
Sumaríssimo	24	73
Ordinário	28	86

^{*} Dados fornecidos pelo sistema e-Gestão.

^{*} A última visita correcional foi realizada em 21/02/2020 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 01/02/2019 e 31/12/2019.

4 - SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO

4.1 - Estrutura da Secretaria

4.1.1 - Quadro de Pessoal

Nome	Função	Situação
DILERMAN RODRIGUES BROTAS	Diretor de Secretaria	Efetivo
NELZITO ARRUDA OLIVEIRA JÚNIOR	Assistente II	Cedido Municipal
NARA ALVES DA SILVA MEDEIROS QUEIROZ	Assistente II	Efetiva
JOÃO PAULO ALVARENGA	Secretário de Audiência	Efetivo
ANA CRISTINA SANTOS BANGOIM	Secretário de Audiência	Cedida Municipal
VITOR ARGOLO CAFEZEIRO	Assistente de Diretor	Efetivo
HELOISA AZEVEDO DE BARROS	Assistente de Juiz	Efetiva
RODRIGO MADALOSSO ARAÚJO		Efetivo
MIGUEL MARTINS FERNANDES		Efetivo
LYANA ANDERSON PARRODE PACHECO		Efetiva
ANA CAROLINA CAVALCANTI COSTA		Efetiva
MARINA BASTOS SILVA		Efetiva

^{*} A unidade não possui claro de lotação.

4.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	15
Notebooks	2
Impressoras	2
Multifuncionais	1
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	1

4.2 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	
Consumo racional de energia elétrica	x
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	х
Aproveitamento de papel usado como rascunho	x
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	х
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

5 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução suspensa, execução encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correições permanentes realizadas no período correcionado?	Х		
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe- JT, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 3º da Resolução CSJT nº 185/2017?	Х		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial (Resolução CSJT nº 185/2017)?		X	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?	X		
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Oficio Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	Х		Parcialmente.

A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?		x	
A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	Х		
A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	Х		
A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.	X		
Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.	1		As audiências iniciais estão sendo designadas para março/2021 em ambos os ritos. As audiências de instrução sendo marcadas para abril/2021 nos ritos sumaríssimo e ordinário.
A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		х	
Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	X		
A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	х		
	designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)? A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais? A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC? A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu. Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos. A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016) Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC? A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação	designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)? A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais? A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC? A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu. Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos. A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016) Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC? A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação	designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)? A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explicita os pressupostos recursais? A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC? A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu. Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos. A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016) Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC? A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação

15	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	Х	
16	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	×	
17	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	x	
18	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 5º do artigo 177 do PGC).	x	
19	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 6º do PGC?	Х	
20	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria- Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X	
21	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	×	

22	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	Х		
23	O Juízo procede à inclusão do SÓCIO no polo passivo da execução APÓS a decisão final do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (artigo 855-A da CLT e artigos 133 a 137 do CPC)?	х		
24	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		
25	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8°, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	X		
26	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	Х		
27	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	Х		- Miguel Martins Fernandes – Portaria 01/2014 - PA 9267/2015; e - Ana Carolina Cavalcanti Costa - Portaria 02/2015 - PA 18178/2015.
28	O Juiz, sempre que possível, profere sentenças condenatórias líquidas, conforme disposto no artigo 1º da Recomendação 04/2018 da Corregedoria- Geral da Justiça do Trabalho?		х	

6 - CONVÊNIOS 6.1 - Convênios

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD/SABB	X		
RENAJUD/DETRANET	X		
INFOJUD	X		
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE-CNIB	X		
CONECTIVIDADE/CEF	X		
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF	Х		
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL		Х	

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL

7.1 - Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior

7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercicio anterior Cumpriu?				
Recomendação	SIM	NÃO	Observações	
7.1.1 - Que a Vara do Trabalho expeça ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos casos em que o reclamado não comprovar nos autos o envio da guia GFIP, conforme determinação contida no artigo 177, § 6º, do PGC (item 7.2 – 15 do Relatório de Correição);	X	iwic		
7.1.2 – A adoção de providências visando a diminuição do prazo médio para entrega da prestação jurisdicional nos processos que tramitam no rito ordinário, apurado em 306 dias ao final de 2019, conforme anotado no item 5.3 desta ata, buscando adequá-lo à meta regional de 180 dias;				
7.1.3 - Que a Secretaria observe o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, de intimar o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício previsto no parágrafo 6º do referido artigo, conforme apurado no item 7.2 — 17 do Relatório de Correição;	Х			
7.1.4 - Que a Secretaria adote, em todos os processos, digitais ou físicos, as determinações constantes da Resolução Administrativa nº 81/2008, que trata da gestão documental na 18ª Região da Justiça do Trabalho, indicando a inexistência de pendências, cuidando para a correta classificação dos autos e documentos quando de seu arquivamento definitivo, inclusive a classificação da modalidade de guarda dos autos, se intermediária ou permanente, indicando os respectivos prazos de guarda, segundo a tabela de temporalidade aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio da Resolução nº 67/2010, e nos termos do artigo 336 do PGC, conforme apurado no item 7.2 – 1 do Relatório de Correição.		X		

7.1.5 - Que a Secretaria da Vara, antes de proceder ao arquivamento definitivo dos autos, verifique se há contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao processo. Nesta correição, o Desembargador-Corregedor constatou que a unidade promoveu o arquivamento de processos mesmo com a existência de saldo em depósitos judiciais vinculados aos processos, em desacordo com o disposto no artigo 1º do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 01/2019 (item 7.2 – 3 do Relatório de Correição). Ressaltou, ainda, o Desembargador-Corregedor que os processos arquivados definitivamente até a data de 15/02/2019, com valores existentes em contas judiciais ativas, não podem mais ser movimentados pelas Varas do Trabalho, atribuição essa que é de responsabilidade exclusiva desta Corregedoria Regional, conforme dispõe o já citado Ato Conjunto e orientação encaminhada às VT's da 18ª Região, por meio do Ofício Circular nº 010/2019/TRT18-SCR;	X	
7.1.6 - Que a Secretaria da Vara do Trabalho utilize, sistematicamente, e independente de solicitação da parte, todas as ferramentas postas à disposição do juízo na fase executória, nos termos da Recomendação TRT 18ª SCR Nº 1/2018 (item 7.2 – 19 do Relatório de Correição);	X	
7.1.7 - A observância, pela unidade, das disposições contidas nos artigos 133 e seguintes do CPC e artigo 855-A da CLT, quanto à autuação do IDPJ. Nos processos relacionados no item 7.2 - 23 do Relatório de Correição, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho procede a imediata inclusão do sócio no polo passivo da execução, antes mesmo da decisão final do incidente de desconsideração de personalidade jurídica. Não tendo o sócio participado da fase de conhecimento, inexiste título executivo judicial que o considere devedor, sendo, portanto, prematura a sua inclusão no polo passivo da execução antes da decisão final do IDPJ, mantendo-se, assim, a sua qualidade de terceiro, sob pena de ofensa ao devido processo legal e ao contraditório e ampla defesa, consagrados no art. 5º, LIV e LV, da CF;		

7.1.8 - Que a remarcação de audiências ocorra, apenas, em situações excepcionais, demonstrada a absoluta onde restar impossibilidade de realização prosseguimento, devendo tais audiências ser remarcadas para o prazo máximo de 30 (trinta) dias, em face deste Corregedor constatar que a prática tem sido reiterada, mesmo após a RECOMENDAÇÃO Nº 2/2017 da Corregedoria Regional. Nesta correição ordinária, 0 Desembargador-Corregedor constatou número um considerável audiências de adiadas/redesignadas, o que motivou, inclusive, o registro em ata feito pelos advogados, por intermédio do Presidente da AGATRA, conforme anotado no item 2. A despeito do esforço demonstrado pelo magistrado titular para manter a regularidade dos trabalhos neste juízo, notadamente em razão de sua atuação exclusiva na Vara do Trabalho, certo é que tal procedimento vem impactando no prazo médio de duração dos processos na unidade, notadamente naqueles que tramitam no rito ordinário, com o prazo médio atual de 306 (trezentos e seis) dias, bem acima da meta regional fixada pela Corregedoria Regional, de 180 (cento e oitenta) dias.

Χ

7.2 - Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	onstatações decorrentes da inspeção processual Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza <i>Check List</i> para verificação dos autos e remessa ao arquivo definitivo, TODAVIA não indica o prazo de guarda, conforme tabela de temporalidade, cumprindo PARCIALMENTE o disposto no artigo 336 do PGC (processos: ATSum-0010712-56.2019.5.18.0002; ATOrd-0011473-29.2015.5.18.0002; ATOrd-0010232-88.2013.5.18.0002; ATSum-0011198-41.2019.5.18.0002; ATOrd-0011239-42.2018.5.18.0002; ATOrd-0012061-02.2016.5.18.0002; ATOrd-0011016-26.2017.5.18.0002; ATOrd-0011561-38.2013.5.18.0002 e ATOrd-0010307-59.2015.5.18.0002).
2	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho lança no sistema PJe os valores decorrentes da execução, relativos a crédito trabalhista recolhimentos previdenciários, custas e/ou outros efetivados nos autos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0010712-56.2019.5.18.0002; ATOrd-0011473-29.2015.5.18.0002; ATOrd-0010232-88.2013.5.18.0002; ATSum-0011198-41.2019.5.18.0002; ATOrd-0011239-42.2018.5.18.0002; ATOrd-0011948-14.2017.5.18.0002; ATOrd-0011016-26.2017.5.18.0002; ATOrd-0011561-38.2013.5.18.0002 e ATOrd-0010307-59.2015.5.18.0002).
3	Não foram encontrados processos, na Vara do Trabalho, que constate a existência de saldo em depósitos judiciais vinculados aos processos ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE a partir de 15/02/2019, atuando conforme procedimentos editados nos artigos 1º e 2º do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 01/2019 e Provimento nº 01/2020-SCR/TRT18.
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: ATOrd-0010393-54.2020.5.18.0002; ATSum-0010491-39.2020.5.18.0002; ATSum-0010553-79.2020.5.18.0002; ATSum-0010294-84.2020.5.18.0002; ATSum-0010315-60.2020.5.18.0002; ATSum-0010300-91.2020.5.18.0002 e ATSum-0010344-13.2020.5.18.0002).
5	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: ATOrd-0010393-54.2020.5.18.0002; ATSum-0010491-39.2020.5.18.0002; ATSum-0010553-79.2020.5.18.0002; ATSum-0010300-91.2020.5.18.0002 e ATSum-0010613-52.2020.5.18.0002).
6	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que, na Vara do Trabalho, são proferidas sentenças NÃO líquidas (processos: ATOrd-0010393-54.2020.5.18.0002; ATSum-0010491-39.2020.5.18.0002; ATSum-0010553-79.2020.5.18.0002; ATSum-0010294-84.2020.5.18.0002; ATSum-0010315-60.2020.5.18.0002; ATSum-0010300-91.2020.5.18.0002 e ATSum-0010344-13.2020.5.18.0002).
7	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições do artigo 81 do PGC, porquanto as decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do art. 177 do mesmo diploma normativo (processos: HTE-0011172-09.2020.5.18.0002; HTE-0010602-23.2020.5.18.0002; HTE-0010987-68.2020.5.18.0002 e HTE 0010758-11.2020.5.18.0002).
8	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0011418-05.2020.5.18.0002; ATSum-0011417-20.2020.5.18.0002; ATSum-0011201-59.2020.5.18.0002; ATOrd-0010799-75.2020.5.18.0002; HTE-0010987-68.2020.5.18.0002 e HTE 0010758-11.2020.5.18.0002).
9	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: ATSum-0011417-20.2020.5.18.0002; ATSum-0011201-59.2020.5.18.0002; ATOrd-0010799-75.2020.5.18.0002; ATSum-0010579-77.2020.5.18.0002; HTE-0010602-23.2020.5.18.0002; HTE-0010987-68.2020.5.18.0002 e HTE 0010758-11.2020.5.18.0002).
10	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se a FALTA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL, sem justificativa, nas pastas correspondentes às tarefas do sistema PJe, por período superior a 100 dias, conforme dados extraídos do sistema SAOPJE em 01/02/2021 (processos: ATOrd-0010713-12.2017.5.18.0002; ATSum-001060-39.2019.5.18.0002; ATSum-0011886-03.2019.5.18.0002; ATOrd-0010197-84.2020.5.18.0002; ATSum-0010639-50.2020.5.18.0002; ATSum-0010678-47.2020.5.18.0002; ATSum-0010900-83.2018.5.18.0002; ATOrd-0010184-90.2017.5.18.0002; ATSum-0010353-72.2020.5.18.0002 e ATSum-0011103-74.2020.5.18.0002).

Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento "ARQUIVADOS OS AUTOS PROVISORIAMENTE", para fruição do prazo da prescrição intercorrente, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum-0011099-08.2018.5.18.0002; ATOrd-0010538-81.2018.5.18.0002; ATSum-0010723-22.2018.5.18.0002; ATSum-0010219-79.2019.5.18.0002 e ATSum-0011152-52.2019.5.18.0002). Não foram encontrados processos no período correcional para verificação dos procedimentos previstos no PGC, artigos 181 a 188. Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 6º do artigo 177 do PGC (processos: ATSum-0010894-76.2018.5.18.0002; ATOrd-0010267-09.2017.5.18.0002 e ATOrd-0011083-25.2016.5.18.0002). Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas
Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 6º do artigo 177 do PGC (processos: ATSum-0010894-76.2018.5.18.0002; ATOrd-0010267-09.2017.5.18.0002 e ATOrd-0011083-25.2016.5.18.0002). Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas
Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 6º do artigo 177 do PGC (processos: ATSum-0010894-76.2018.5.18.0002; ATOrd-0010267-09.2017.5.18.0002 e ATOrd-0011083-25.2016.5.18.0002). Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas
Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas
arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0011622-25.2015.5.18.0002; ATOrd-0011866-17.2016.5.18.0002; ATSum-0010894-76.2018.5.18.0002; ATOrd-0010781-59.2017.5.18.0002; ATOrd-0010267-09.2017.5.18.0002 e ATOrd-0011083-25.2016.5.18.0002).
Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho observa o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, de intimar o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias (processos: ATOrd-0011866-17.2016.5.18.0002; ATSum-0010894-76.2018.5.18.0002; ATOrd-0010781-59.2017.5.18.0002; ATOrd-0010267-09.2017.5.18.0002 e ATOrd-0011083-25.2016.5.18.0002).
Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento referente ao início da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum-0010501-20.2019.5.18.0002; ATOrd-0011157-74.2019.5.18.0002; ATOrd-0010668-37.2019.5.18.0002; ATOrd-0010659-12.2018.5.18.0002 e ATSum-0011186-27.2019.5.18.0002).
Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e CNIB, CUMPRINDO, portanto, o disposto na Recomendação TRT 18ª SCR 1/2020 (processos: ATSum-0011099-08.2018.5.18.0002; ATOrd-0010538-81.2018.5.18.0002; ATSum-0010723-22.2018.5.18.0002; ATSum-0010219-79.2019.5.18.0002 e ATSum-0011152-52.2019.5.18.0002).
Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que as partes são intimadas para manifestação acerca dos cálculos, cumprindo o disposto no artigo 879, § 2º, da CLT (processos: ATSum-0010501-20.2019.5.18.0002; ATOrd-0011157-74.2019.5.18.0002; ATOrd-0010668-37.2019.5.18.0002; ATOrd-0010659-12.2018.5.18.0002 e ATSum-0011186-27.2019.5.18.0002).
Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho INICIA a execução de ofício (processos: ATSum-0010501-20.2019.5.18.0002; ATOrd-0011157-74.2019.5.18.0002; ATOrd-0010668-37.2019.5.18.0002; ATOrd-0010659-12.2018.5.18.0002 e ATSum-0011186-27.2019.5.18.0002).
Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara procede à CITAÇÃO do executado, via diário de justiça eletrônico, na pessoa de seu procurador, a pagar ou garantir a execução no prazo de 48 horas (processos: ATSum-0010501-20.2019.5.18.0002; ATOrd-0011157-74.2019.5.18.0002; ATOrd-0010668-37.2019.5.18.0002; ATOrd-0010659-12.2018.5.18.0002 e ATSum-0011186-27.2019.5.18.0002).
AA NT1615 NV a0 NTR80 NiiAA NT72 N pg7

Cód. Autenticidade 400237055909

FL. 27

22	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a 2ª Vara do Trabalho de Goiânia NÃO intima o Ministério Público do Trabalho (MPT) das audiências iniciais designadas e/ou das sentenças proferidas/dos acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, descumprindo assim o disposto no artigo 346 do Provimento Geral Consolidado da 18ª Região (processos: ATSum-0010549-42.2020.5.18.0002; ATOrd-0010587-54.2020.5.18.0002 e ATOrd-0010975-42.2020.5.18.0006).
23	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo assim o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATOrd-0010280-03.2020.5.18.0002; ATSum-0011294-56.2019.5.18.0002; ATSum-0010315-60.2020.5.18.0002; ATOrd-0010198-06.2019.5.18.0002; ATSum-0011745-81.2019.5.18.0002).
24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum-0010456-79.2020.5.18.0002; ATOrd-0010280-03.2020.5.18.0002; ATSum-0011294-56.2019.5.18.0002; ATSum-0010315-60.2020.5.18.0002; ATOrd-0010198-06.2019.5.18.0002; ATSum-0011745-81.2019.5.18.0002).
25	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ATSum-0010456-79.2020.5.18.0002; ATOrd-0010280-03.2020.5.18.0002; ATSum-0011294-56.2019.5.18.0002; ATSum-0010315-60.2020.5.18.0002; ATOrd-0010198-06.2019.5.18.0002; ATSum-0011745-81.2019.5.18.0002).
26	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho usa despacho valendo por certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença e os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: ATSum-0010456-79.2020.5.18.0002; ATOrd-0010280-03.2020.5.18.0002; ATSum-0011294-56.2019.5.18.0002; ATSum-0010315-60.2020.5.18.0002; ATOrd-0010198-06.2019.5.18.0002; ATSum-0011745-81.2019.5.18.0002).
27	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo o recebimento dos recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ATOrd–0010382-17.2014.5.18.0008; ATOrd–0011550-09.2013.5.18.0002 e ATOrd–0010175-70.2013.5.18.0002).
28	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATOrd-0010382-17.2014.5.18.0008; ATOrd-0011550-09.2013.5.18.0002 e ATOrd-0010175-70.2013.5.18.0002).
29	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho usa despacho valendo por certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença bem como os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo assim o disposto no artigo 128 do PGC (processos: ATOrd-0010382-17.2014.5.18.0008; ATOrd-0011550-09.2013.5.18.0002 e ATOrd-0010175-70.2013.5.18.0002).
30	Verificando o relatório constante do sistema SAOPJE, no que pertine à 2ª Vara do Trabalho de Goiânia, tendo como parâmetro os últimos 100 dias, constatou-se que a unidade LANÇA no sistema informatizado a movimentação processual referente à devolução da carta precatória ao Juízo deprecante, não resultando, assim, em pendência no sistema e-Gestão.
31	Nos processos a seguir relacionados, com instrução encerrada, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho realiza a REMESSA dos autos CONCLUSOS para a prolação da sentença, após a realização da última audiência, no prazo disposto no artigo 228 do CPC - aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho (processos: ATSum-0010315-60.2020.5.18.0002; ATSum-0010343-28.2020.5.18.0002; ATSum-0010050-58.2020.5.18.0002; ATSum-00101116-38.2020.5.18.0002; ATSum-0010322-52.2020.5.18.0002; ATSum-0010317-30.2020.5.18.0002 e ATOrd-0010131-07.2020.5.18.0002).
32	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre 01/09/2020 e 05/11/2020, constatou-se que o atraso médio para o início das audiências é de 07 (sete) minutos.
33	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre 01/09/2020 e 05/11/2020, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a quinta-feira.